

As “metamorfoses de Moscou”: a imprensa brasileira e a repressão aos movimentos sociais veiculados pelo PCB durante o governo Dutra (1946-1950).

Jayme Lúcio Fernandes Ribeiro.*

Resumo: O governo brasileiro, inserido na política da Guerra Fria e apoiando as decisões da diplomacia norte-americana, põe-se a condenar os movimentos sociais organizados e articulados pelo PCB e a persegui-los. As campanhas do “Movimento pela Paz” e a campanha pela nacionalização do petróleo, organizadas e propagandeadas pelo PCB foram duramente perseguidas e reprimidas. Nesse contexto, a imprensa não comunista retratava tais movimentos sociais como uma enorme falsidade. Desse modo, o objetivo do trabalho é mostrar que, mesmo os comunistas se dedicando à defesa da paz, participando de movimentos sociais de cunho nacionalista e, sobretudo, utilizando um discurso não-revolucionário, os jornais da grande imprensa continuaram a persegui-los.

Palavras-chave: PCB – Imprensa – Repressão.

Abstract: The Brazilian government inserted in the political Cold War and supporting the decisions of the North American diplomacy begins to condemn organized social movements and the movements articulated by PCB and started to persecute them. The campaigns of the “Movement for Peace” and the campaign for the nationalization of the petroleum, organized and propagated by PCB were hardly persecuted and repressed. In this context, the non communist press pictured such social movements as a big falsity. In this way, the aim of this work is to show that, besides the communists being dedicated to defend peace, participating of social movements of nationalist character and, overalls, utilizing a non revolutionary speech, the newspapers of the big press continue to persecute them.

Key-words: PCB – Press – Repression.

Durante a Guerra Fria, inaugurada em 1947, a tônica das relações entre os governos dos Estados Unidos e da União Soviética passava por acusações mútuas, onde cada um dos lados procurava “desmascarar” o outro. Nos meios de comunicação, de uma maneira geral, eram divulgados relatos de políticos, de membros religiosos e de personalidades do mundo inteiro etc., revelando os horrores das bombas jogadas sobre as cidades japonesas, informações sobre a bomba atômica e seus efeitos – essas principalmente divulgadas pela imprensa comunista –, como também sobre a preparação de uma nova mundial, entre outros temas. Do lado dos Estados Unidos, o grande inimigo e iniciador do confronto que levaria a uma nova guerra mundial era a União Soviética, com sua política de expansão do comunismo para o restante do mundo. O medo de uma nova revolução, tal qual ocorrera na Rússia em

*Doutorando pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

1917, em países capitalistas e sob a área de influência da política norte-americana, era, principalmente, o que impulsionava os EUA a combater duramente a União Soviética.

Na medida em que os anos passavam, deterioravam-se as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e as potências ocidentais, por um lado, e a União Soviética e os países da Democracia Popular, por outro. Com o alinhamento do Brasil ao lado dos EUA e do PCB ao lado da URSS, intensificou-se o endurecimento do governo brasileiro para com os comunistas, ainda mais quando radicalizavam, cada vez mais, suas críticas ao capital estrangeiro, ao “imperialismo” e ao próprio Estados Unidos. De acordo com Rodrigues,

em abril de 1947, a União da Juventude Comunista foi considerada ilegal; em maio, o Supremo Tribunal Eleitoral colocou o próprio Partido fora da lei; em janeiro de 1948, os mandatos dos deputados comunistas foram cassados; o Ministério do Trabalho interveio em 143 sindicatos tidos como controlados pelo comunistas; a CTB foi fechada. (Rodrigues 1983: 413).

Posto na ilegalidade, o número de membros e simpatizantes do PCB decresceu acentuadamente, embora o Partido conservasse forte influência nos meios intelectuais e sindicais. Entretanto, nesse período, o PCB pôde manter legalmente seus jornais e publicações de massa, apesar de sujeitos a periódicas investidas da repressão policial e a fechamentos temporários.

A partir do final da década de 1940, os comunistas brasileiros, na ilegalidade, lançaram-se em diversos movimentos sociais a fim de continuarem participando da vida política do país e, sobretudo, não se extinguirem enquanto instituição política. As campanhas do movimento pela paz e a campanha em favor da nacionalização do petróleo foram as que mais se destacaram durante o governo Dutra. Ademais, o governo de Eurico Dutra, dentre diversas características, destacou-se pela sua intensa repressão aos comunistas brasileiros.

Assim, mesmo os comunistas se dedicando à defesa da paz, participando de movimentos sociais de cunho nacionalista e, sobretudo, utilizando um discurso não-revolucionário, o Estado brasileiro, através dos organismos de repressão, e os jornais da grande imprensa continuaram a persegui-los e a reprimir suas ações política e policialmente.

Durante décadas, foi sendo criado, na “formação discursiva brasileira”, através do discurso jornalístico da grande imprensa, todo um imaginário negativo do comunismo e do ser comunista. Extrapolando o ideário da política e da economia, que são campos específicos da doutrina comunista, os adjetivos e significados atribuídos ao comunismo e aos comunistas perpassavam o âmbito da moral, da ética, do jurídico, da religião etc. Com isso, foi sendo

criado todo um imaginário de crueldade e de escravização, que, sempre que convocado, mantinha-se e estendia-se sobre o vocabulário de natureza política e econômica. Ao longo dos anos, concomitante à criação do imaginário comunista como “inimigo”, como o “outro indesejável”, foi sendo criada uma rede de significados que descreviam e classificavam os comunistas como “maus”, “desatinados”, “infelizes”, “ateus”, “agitadores extremistas”, “falsos”, “sedentos de poder” etc. A denominação dos comunistas era inseparável do modo de dizer jornalístico-político e das práticas históricas, tal como aconteciam, ou seja, a repressão político-partidária realizava-se concomitantemente à sua determinação negativa na linguagem jornalística.

Nas mensagens veiculadas pelos jornais havia pouco ou quase nenhum espaço para a discussão política. Aliás, como demonstra Mariani, “com ou sem os muitos períodos censórios, no discurso jornalístico há pouco espaço para as vozes ideologicamente divergentes se fazerem entender. Apenas permanece ressoando evocativamente a ameaça do ‘perigo vermelho’” (Idem). Dessa maneira, no processo de produção de sentidos, veiculado pelos jornais, o PCB é direcionado para um lugar que apaga a polêmica política. Assim, o discurso jornalístico, que atua na institucionalização social dos sentidos, buscando promover consensos em torno do que seria a verdade de um evento, vai contribuir grandemente na negativização da doutrina política comunista. Postulando a existência do comunismo na forma assumida pela União Soviética, o discurso jornalístico da grande imprensa vai colaborar, sobretudo, para destinar atributos ao comunismo, mas não o definir. Por diversas vezes, pode-se observar que comunismo e comunista encontravam-se fora da ordem do político, tendo seu nome ligado a questões valorativas morais e religiosas.

Em resumo, as campanhas em favor da paz mundial, segundo o governo brasileiro e os jornais da grande imprensa, não passavam de uma “farsa pacifista”. Constantemente, os responsáveis pela vigilância e repressão aos militantes do PCB faziam questão de lembrar a atuação do partido em diversas outras campanhas. “Se alguém precisa ter ante os olhos um modelo de atuação do Partido Comunista, basta lembrar-se do movimento do ‘Petróleo é nosso’” (Arquivo Nacional. Série Justiça/Gabinete do Ministro. Panfletos Ij¹ 1367, nº 02, ano de 1949), relatava o agente repressor. Comparando a campanha do “Petróleo é nosso” com as campanhas em favor da paz, o autor do documento – A. D. C. – destacava que o modelo de atuação e os objetivos eram sempre os mesmos: atacar a política externa norte-americana e perturbar a ordem nacional vigente, atrasando, com isso, o desenvolvimento da “liberdade” e da “democracia” em nosso país.

Enfatizava-se ainda que, como a campanha “O Petróleo é Nosso”, “na superfície não aparecia nenhum líder comunista. Ao contrário, apareciam nomes absolutamente insuspeitos” (Idem). Na verdade, através da análise das fontes comunistas, é possível verificar que os dirigentes do PCB, responsáveis pela divulgação e propagação das campanhas, visavam, a todo instante, provar que as campanhas das quais participavam não eram obras da União Soviética e não tinham, por conseqüência, nenhuma ligação com o Partido Comunista do Brasil. Constituíam apenas campanhas em que todos os “homens de boa vontade”, todas as pessoas de sentimento nobre deveriam lutar, justamente porque a causa era igualmente nobre: a paz para toda a humanidade. Com isso, os dirigentes comunistas pretendiam mostrar que o sentido do movimento e seu objetivo não tinham nenhuma relação com o comunismo. Consistia, nada menos, numa campanha pela preservação da paz mundial, assim como a campanha referente ao petróleo fora apenas um movimento em prol da defesa e nacionalização das jazidas brasileiras, em cuja frente, naquele momento, haviam-se colocado generais do Exército, congressistas, escritores, intelectuais etc. Entretanto, para o relator do documento entregue à Secretaria de Segurança Nacional, que assinava o nome apenas com as iniciais A. D. C., apesar de tentar colocar à frente uma maioria acima de qualquer suspeita quanto à simpatias ou à ligações comunistas,

os vermelhos estavam dentro do movimento e praticamente o dominavam. Eram eles que promoviam e davam público aos comícios e assembléias, e, uma vez feita a reunião, lá dentro eles agiam de acordo com as apuradas táticas de agitação do Partido, promovendo provocações que redundavam, freqüentemente, em conflitos, correrias, perturbações (Idem).

Ainda, segundo o autor do documento, além de fornecer-lhes temas de agitações e pretextos para reuniões,

tais movimentos proporcionaram-lhes os meios para manter os seus contatos e serviam e servem sempre os seus secretos objetivos. Porque, no caso do petróleo, por exemplo, cada reunião e cada comício resultavam sempre em manifestações contra o ‘imperialismo americano’, os ‘senhores da Wall Street’ e ‘seus agentes’ no Brasil (Idem).

Mais uma vez, destacou A. D. C.:

O mesmo dar-se-á com o atual movimento denominado ‘em defesa da Cultura e da Paz’. Os comunistas não aparecem em nenhuma frase, não são eles que assinam e lançam os manifestos. Não são eles que presidirão as reuniões. E a defesa da Cultura e da Paz é algo em que toda a gente de boa fé e de bons sentimentos está empenhada, não parecendo ter nada de comum com o comunismo, nem com os Soviéticos (Idem).

Assim, torna-se fácil perceber que, para os dirigentes do governo brasileiro, foram os comunistas que inventaram o “Movimento pela Paz” e as campanhas subseqüentes, e

assim o diziam constantemente. Eles, dessa forma, promoveram todos os movimentos em favor da paz, encarregaram-se de sua propaganda, encheram as assembleias, deram público aos comícios, decidiram a hora certa de votar moções e manifestos, além de terem convertido tudo numa ofensiva contra as medidas de defesa e prevenção que os países do ocidente tinham tomado para enfrentar a União Soviética e o avanço dos ideais comunistas em todo o mundo. Contudo, a “campanha pacifista soviética” já era esperada pelo governo brasileiro, uma vez que o PCB, posto na ilegalidade no governo Dutra, precisava manter-se na vida política do país. O chamado “Movimento pela Paz” não passava, para os dirigentes políticos desses países, de simples e astuciosas transformações da estratégia soviética.

O artigo do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicado em abril de 1949, intitulado: “A FARSA PACIFISTA”, revelava:

Lançado na ilegalidade, o Partido Comunista, para não desaparecer, precisava de temas de agitação, e, não podendo aparecer a frente de nenhum movimento para não se denunciar, coloca-se sempre por trás de uma categoria especialmente numerosa dos ingênuos e a dos ‘inocentes úteis.’” (O Estado de S. Paulo. São Paulo, 08 de abril de 1949, p. 01).

Dessa forma, e percebendo o que, de certa maneira, ocorria, o artigo mostrava a necessidade de o PCB continuar participando da vida política do país. Como destacou o militante comunista Moisés Vinhas, o que impedia os comunistas de desaparecer como força política efetiva era “provavelmente sua participação em campanhas pela paz, contra a bomba atômica, na qual conseguem reunir milhares de assinaturas” (VINHAS, 1982: 96). Dessa maneira, afirmou o militante essas campanhas mantinham “algumas franjas de sua política ligadas à realidade do país” (Idem).

O Jornal, em abril de 1950, publicou um artigo de primeira página intitulado “CAMPANHA MUNDIAL PELA VERDADE CONTRA O COMUNISMO” (*O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1950, p. 01). O artigo preocupava-se em demonstrar o apelo do presidente dos Estados Unidos à imprensa dos “países livres” em prol de uma campanha de divulgação da realidade democrática em todo o mundo. Num discurso pronunciado perante à Sociedade Americana de Diretores de Jornais, Truman apelou para a imprensa no sentido de que lhe ajudasse a derrubar ou transpor as barreiras que se levantaram às “comunicações livres no mundo”. Era necessária uma “campanha pela verdade, contra a propaganda russa” (Idem). Nas palavras do presidente, “se não conseguirmos fazer chegar histórias genuínas aos outros países, perderemos, por falta de ação, a batalha pela conquista da mentalidade humana” (Idem).

Não sem razão, Baczko revela que o domínio do simbólico é extremamente importante para que um grupo ou classe social possua, de maneira eficaz, o controle sobre determinado grupo. Para o autor, “é significativo que as elites políticas se dêem rapidamente conta do fato de o dispositivo simbólico ser um instrumento eficaz para influenciar e orientar a sensibilidade coletiva, em suma, para impressionar e eventualmente manipular as multidões” (BACZKO, 1985: 324). O controle do simbólico mostra-se grandemente relevante para o controle efetivo daqueles que se quer dominar. Merece destacar que os símbolos só são eficazes quando assentados numa “comunidade de imaginação”. Se essa não existe, eles têm tendência a desaparecer da vida coletiva ou, então, a serem reduzidos a funções puramente decorativas. Analisando a questão da Guerra Fria, tal comunidade não apenas existia, como também impulsionava a fabricação de valores, crenças e idéias que povoavam o imaginário de todos aqueles que viveram direta ou indiretamente a disputa política na arena internacional. Ambos os antagonistas, cada qual à sua maneira, procuravam fabricar os seus mitos e estabelecer as suas verdades. Não apenas disputavam o controle de determinados países e/ou regiões de influência, mas também o controle do imaginário social. Concomitante a disputa por bens materiais, disputavam acirradamente bens simbólicos, imateriais, porém, não menos reais e importantes. A preponderância na veiculação de imaginários e no seu controle era de extrema relevância. Com isso, podiam passar ao mundo seu modo de vida, seu modelo político e econômico. Enfim, toda uma série de valores e crenças que podiam auxiliar na conquista de novos aliados políticos, parceiros econômicos e novas áreas de influência.

É a partir dessas indicações teóricas que interpretamos a fala de Truman:

Em toda a parte onde a propaganda do totalitarismo comunista for divulgada, temos de enfrentá-la e vencê-la, com informações honestas sobre a liberdade e a democracia. (...) Em muitos países, atualmente, os jornais só publicam do exterior o noticiário que o governo lhes permite. Nada podem acrescentar ou cortar. Nas democracias os jornais gozam de total liberdade (O Jornal, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1950, p. 01).

O presidente dos Estados Unidos mostrava sua preocupação quanto ao desenvolvimento da propaganda comunista nos países capitalistas ocidentais e no seu próprio. Para ele, tal propaganda, no mundo inteiro, consistia em falsidades, distorções e mentiras. Assim, fazia-se necessário impedi-las, no intuito de não comprometerem a política externa de seu país e, sobretudo, não servirem a objetivos políticos domésticos. Concluindo seu discurso, Truman revelou:

Sabemos como são falsas essas promessas comunistas, mas não nos basta saber disso. (...) Esse esforço requererá a imaginação e a energia de grupos e indivíduos particulares. Precisaremos, para atingir o objetivo colimado, recorrer a todos os meios oficiais e privados que até agora se mostraram eficientes, e descobrir e empregar novos meios (Idem).

Pode-se notar, através da análise das fontes, que o objetivo principal era revelar a verdadeira face do inimigo e suas reais aspirações, ao mesmo tempo em que constituía-se a sua própria.

Segundo Bethania Mariani, “no campo do outro, a diferença comunista é representada como compromissada com o Mal: ela ameaça os valores cristãos, as propriedades, a ordem, os bons costumes etc. Assim sendo, na imprensa de referência não pode haver espaço para os dizeres comunistas” (MARIANI, 1998: 86). Dessa forma, o discurso jornalístico vai atender a disjunção Bem *versus* Mal, construída em torno da moralidade ocidental cristã, separando em dois campos antagônicos os sentidos possíveis – que, no dizer de Mariani, “o sentido, o bom sentido, o sentido comum, o consenso” (Idem) – daquilo que não faz sentido. E o que não faz sentido, proibido e impossível, é o que não está adequado à ética e/ou à moralidade judaico-cristã, isto é, o comunismo. Assim, o discurso dos jornais da grande imprensa procurava atuar na constituição da figura do PCB no imaginário ocidental e, mais especificamente, do comunista como o *outro* inimigo. Com isso, o reconhecimento do comunista como “Outro”, em vez de propiciar a sua assimilação ao discurso do direito à diferença, produziu sua assimilação para o campo do Mal, do “mau Outro”. Como destaca Mariani, “contra esse inimigo-estrangeiro-outro se reafirma a docilidade, a cordialidade, a religiosidade cristã do brasileiro” (Idem). Quem fugisse a essa lógica seria considerado um “mau brasileiro”, um “traidor” da pátria. Assim, ao se negar o comunismo, por inseri-lo no campo do “Outro” – do “mau Outro”, do inimigo dos valores ocidentais e cristãos –, reafirmava-se, cada vez mais, uma identidade brasileira no campo do “Mesmo”, do consenso, do bom senso, enfim, do imaginário ocidental cristão. A negação do PCB está, sem dúvida, relacionada à confirmação do modelo ocidental. Dessa maneira, enfatiza a autora, “a situação da exclusão do comunismo como outro indesejável, mas necessário à afirmação do mesmo, também se encontra reiterada na grande maioria dos artigos assinados, bem como nas vozes que são citadas pelos jornais” (Idem).

Controlar os meios de construção dos imaginários sociais tornava-se de extrema importância, assim como utilizar os mesmos métodos do inimigo na elaboração de imaginários. Mas, não apenas isso. Havia a necessidade de elaboração de novos e mais sofisticados métodos de produção e divulgação desses mesmos imaginários, a fim de

garantirem o sucesso e a aceitação de uma ideologia. O caminho a escolher era o dos pares antagônicos Correto *versus* Incorreto, Livre *versus* Escravo, Bem *versus* Mal. Haja visto que o PCB fora posto na ilegalidade e o comunismo perseguido em âmbito internacional durante os anos da Guerra Fria, verificava-se a necessidade de reprimir os comunistas brasileiros e simpatizantes em todas as atividades e manifestações a que se dirigiam.

Referências bibliográficas

- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, vol. 5.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, São Paulo, UNICAMP, 1998.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In FAUSTO, Boris (org.). *HGCB. O Brasil Republicano - Sociedade Política (1930-1964)*, vol. III, São Paulo, Difel, 1983.
- VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982.